



INTERPELAÇÃO ESCRITA

O Governo da RAEM tem vindo a implementar várias medidas de apoio financeiro para ajudar as pequenas e médias empresas, medidas estas que têm ajudado a reduzir, a certo nível, a pressão financeira enfrentada pelas micro, pequenas e médias empresas. Essas empresas desejam uma administração de alta eficácia do Governo e medidas humanizadas.

Os procedimentos para a emissão da licença de restauração e bebidas são muito complicados, e a respectiva aprovação precisa de passar por mais de dez departamentos, assim, mesmo tendo sido criado o mecanismo de serviços *one-stop*, isto não ajudou muito, situação esta que leva a muitas críticas na sociedade. O Chefe do Executivo, na reunião plenária para perguntas e respostas relativas às Linhas de Acção Governativa e aos assuntos sociais, referiu que ia melhorar os trabalhos do Governo, através do aperfeiçoamento, da simplificação e da electrónica dos procedimentos, com vista a evitar os atrasos provocados pelos procedimentos interdepartamentais e de áreas diferentes, e que ia fazer uma revisão geral do Decreto-Lei n.º 47/98/M, que regula a emissão de várias licenças administrativas. Para tais medidas, o Governo tem vindo a dizer que vai promover, estudar e rever a sua implementação. Então, qual é o ponto de situação desses trabalhos? É verdade que a electrónica pode elevar a transparência de aprovação por parte dos serviços públicos e permitir uma aprovação feita num tempo razoável, mas, se se quiser elevar, de forma aprofundada, a eficácia administrativa, primeiramente, é preciso encurtar o



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

prazo legalmente concedido aos serviços públicos para a respectiva aprovação, senão, mesmo que todos os serviços públicos consigam concluir os seus trabalhos num prazo razoável, a eficácia administrativa ainda será baixa, porque o prazo legal para a aprovação é demasiado longo.

Sendo assim, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. A situação da emissão de licença de restauração e bebidas por parte do IACM é a seguinte: quando o requerente já entregou todas as informações necessárias e se for o primeiro pedido, o prazo para a sua aprovação será de 60 a 70 dias, sem contar com o prazo para aprovação da licença de obras e para a realização de obras; se for para alteração das instalações do estabelecimento, a aprovação será feita no prazo de 60 dias; se se tratar de renovação de licença, será de 60 dias. Entretanto, “se for necessário solicitar parecer às outras autoridades”, o tempo necessário para o envio e reenvio de documentos pode ser muito longo, e esse período não será incluído no tempo da aprovação. Por isso, para elevar realmente a eficácia administrativa, primeiramente, deve-se aumentar a eficácia administrativa de cada serviço público. Quando o Governo fizer a revisão do Decreto-Lei n.º 47/98/M, deve encurtar o prazo de aprovação concedido aos serviços públicos. Vai fazê-lo?
2. Há pouco tempo, uma delegação liderada pelo Secretário Leong foi visitar Hong Kong para aprender sobre o seu regime de emissão de licenças de restauração e bebidas. O grupo de apreciação e aprovação de licenças de Hong Kong, através da realização de uma reunião conjunta e da emissão de uma “licença provisória”, ajuda os requerentes a resolver os seus



(TRADUÇÃO)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

problemas emergentes, o que leva a um efeito positivo para o aumento da eficácia da aprovação interdepartamental e permite aos requerentes iniciarem rapidamente os seus negócios. Neste sentido, Macau vai aprender com essas experiências?

3. Segundo algumas micro, pequenas e médias empresas, quando as políticas são mudadas e novas leis são criadas, essas empresas violam sempre as novas regras por não as conhecerem bem e, conseqüentemente, recebem sempre punições que levam a grande pressão para o seu negócio. Ao mudar as suas políticas, o Governo deve criar um mecanismo de aviso e só passar multas às empresas que continuem a não preencher as condições depois de serem avisadas, com vista a dar tempo de adaptação às empresas, as quais não pretendem violar as políticas. Isto vai ser feito?

01 de Agosto de 2016

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Chan Meng Kam